

A Operação RIPPER, e o plano de defesa do arquipélago da Madeira na Segunda Guerra Mundial

Mestre
Fábio David Vasconcelos Rodrigues



Quando se inicia a II Guerra Mundial, a 1 de setembro de 1939, Portugal visa manter uma atitude de neutralidade no conflito, mas mantendo-se fiel à aliança Luso-britânica. Durante os seis anos de guerra, manter este estatuto neutral tornou-se uma questão fulcral na política externa portuguesa.

O Atlântico sempre foi um espaço de transferência de rivalidades entre as potências em conflito. No caso da II Guerra Mundial, a ameaça à soberania portuguesa das ilhas atlânticas poderia vir, quer da potência marítima (Inglaterra) quer da potência continental (Alemanha), quando os interesses estratégicos das mesmas, entrassem em “choque”.

Em finais de 1941, uma série de acontecimentos torna a guerra global, a abertura da frente leste (operação BARBAROSSA) e o ataque japonês à frota americana em Pearl Harbour. Estes motivos ajudam a compreender o contexto de desenvolvimento da operação RIPPER, para os britânicos, mais do que ocupar as ilhas atlânticas, importava negar o seu uso ao IN¹ e, no caso particular da ilha da Madeira, esta situava-se geograficamente no vértice mais a sul do Triângulo Estratégico Nacional (TEN), que, no período histórico em causa, incluía Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A Ilha possuía

uma grande importância no que diz respeito ao planeamento e execução de operações combinadas que tivessem como Teatro de Operações (TO) o Atlântico Central, o norte de África e o Mediterrâneo.

Uma eventual perda do reduto britânico de Gibraltar, que se encontrava em perigo de invasão, com a execução da operação FÉLIX, reforçava a necessidade inglesa, de dispor de bases alternativas.

Para a Alemanha, a Madeira seria ideal para estabelecer uma base de apoio logístico para a aviação naval (neste caso, hidroaviões, pois a Ilha não possuía um aeródromo no período histórico em estudo) e, para os temíveis submarinos U-boats², que tantos danos causavam ao esforço de guerra dos Aliados, Churchill afirmou que: “a única coisa que realmente me assustou durante a guerra foi o perigo dos U-boats”³. (tradução do autor)

Nos Arquivos Nacionais do Reino Unido, encontram-se presentes um conjunto de documentos designados por Madeira intelligence report n.º 175, com data de setembro de 1941, nos quais é possível constatar o interesse britânico em obter informações relevantes para o planeamento de uma futura operação militar⁴. Os responsáveis pela execução da operação, pretendiam conhecer a situação social, económica e, sobretudo, a disposição dos meios militares portugueses e os principais redutos defensivos. O relatório é altamente detalhado, descrevendo as estradas, pontes e praias propícias a um desembarque anfíbio, o estado do porto do Funchal, condições de voo no arquipélago, locais para aterragem de forças aerotransportadas, localização de aquartelamentos, quantidades de munições e combustível e ainda a tipologia dos serviços médicos disponíveis.

O referido relatório é acompanhado de mapas da Ilha e fotografias dos locais de elevado interesse, assim como uma lista de possíveis colaboradores com as forças britânicas⁵.

Os esboços para o plano de ocupação começaram a ser desenvolvidos em fevereiro de 1942, pelo Joint Planning Staff e dirigido ao War Cabinet, Almirantado e Ministério do Ar, recebe a denominação de Azores and Madeira Winter plan by assault operations Ringcraft and Pressgand, com classificação de SECRET⁶.

Como objetivo primário foi estabelecido a conquista da Funchal e a utilização do porto da cidade como base apoio para os navios da Royal Navy, que patrulhavam o Atlântico, em missões antissubmarino e de escolta aos comboios navais. No plano, está igualmente equacionado o uso da baía, como base para a utilização de hidroaviões. É necessário compreender que a ocupação da Madeira estava integrada num plano de operações que incluía a captura das ilhas açorianas.

Da leitura deste documento entende-se que estavam equacionadas duas linhas de ação distintas para a ocupação dos arquipélagos. Primeiro, um ataque simultâneo a São Miguel, Faial, Terceira e à Madeira e, como segunda opção, contemplava um ataque isolado a uma das ilhas (dos Açores), e só depois assaltos aos restantes objetivos das outras ilhas⁷.

A primeira opção tinha como evidente vantagem o facto de o elemento surpresa levar a que a reação das forças portuguesas não fosse tão vigorosa e certamente iria atrasar o envio de reforços a partir do continente. Como desvantagens, seriam necessários muitos mais meios navais e aéreos, bem como um número de homens muito superior para permitir um ataque simultâneo a todos os objetivos. A segunda opção necessitava de ataques subsequentes às restantes ilhas e sem o elemento surpresa que seria certamente perdido no ataque inicial, no entanto, não seria necessário empregar tantos meios como na primeira opção.

O plano classifica as defesas de São Miguel e do Faial como as mais temíveis, sendo um assalto surpresa fundamental. A Terceira e a Madeira são descritas como tendo um aparelho defensivo fraco e a surpresa, embora desejável, não era essencial. Estimava-se que, em caso de sucesso na invasão, os reforços enviados de Portugal Continental levariam cerca de 14 dias a chegar à Madeira⁸.

No plano de operações estão descritos os meios a ser empregues no assalto anfíbio. A força invasora seria constituída por 1 Cruzador e 4 contratorpedeiros, 2 Navios de assalto anfíbio, 1 Navio de transporte de tropas, 1 Navio logístico, 1 Navio reabastecedor, 2 Batalhões de infantaria, 1 Unidade de comandos, 1 Unidade de artilharia ligeira e 1 Unidade de artilharia pesada⁹.

Como linhas gerais de ação para as forças invasoras, o documento relata-nos o seguinte: com base nas informações recolhidas no intelligence report mencionado anteriormente, a secção de planeamento decidiu que a “chave” para a conquista da ilha residia na tomada do Funchal, local onde estavam estacionados dois terços da guarnição disponível na Madeira. Antes da aproximação dos navios da força invasora, era crucial a neutralização da Bateria de Costa n.º 2, alojada no Pico da Cruz. As praias mais favoráveis a um assalto anfíbio eram as situadas entre Machico e a Ribeira Brava.

Como momento favorável para o ataque, sugeria-se que, como a Ilha não possuía aviação nem sistema de radar, esse aspeto não era um fator determinante na manutenção do elemento surpresa, mas alertava-se para a existência de holofotes de busca que poderiam comprometer as forças invasoras. Referia-se igualmente que, se fosse necessário contar com assistência interna para a ocupação, havia uma grande comunidade britânica na Ilha, mencionando os refugiados gibraltinos como uma fonte de apoio importante. No que diz respeito à possível resposta das forças portuguesas, afirmava-se que era improvável que as mesmas oferecessem uma resistência prolongada, pois estavam relativamente dispersas e tinham falta de armamento pesado.

Após a queda do Funchal, era possível que se mantivessem pequenas bolsas de resistência noutros pontos do território, mas sem capacidade de causar danos significativos às forças britânicas. Se a força atacante fosse detetada previamente antes de os preparativos para o desembarque anfíbio estarem concluídos, estavam previstos bombardeamentos navais feitos pelo cruzador à Bateria de Costa n.º 2 e a outros pontos nevrálgicos. No plano estão contempladas 3 linhas de ação possíveis: 1ª – assalto direto ao Funchal, usando o molhe da Pontinha e as praias da baía para desembarcar as tropas;

2.^a – assalto a partir da zona Oeste e avanço em direção ao Funchal; 3.^a – assalto na zona Este e avanço posterior até à capital. A primeira opção era a mais ariscada, pois a bateria de costa era uma séria ameaça aos navios presentes nas águas em redor do Funchal.

Segundo afirmam os membros do Joint Planning Staff, a melhor opção era uma combinação de ataques simultâneos a partir de Este e Oeste, e prosseguindo depois o avanço até à cidade. A neutralização da bateria de costa seria efetuada pela unidade de comandos, que a coberto da escuridão desembarcariam na Praia Formosa e procederiam à inutilização das peças de artilharia situadas no Pico da Cruz¹⁰.

No total, estariam envolvidos na Operação RIPPER cerca de 3.700 homens, apoiados por 160 viaturas e previa-se que as ações de combate estivessem concluídas em 7 dias. É importante notar que nunca terão existido dúvidas por parte dos britânicos que, após ultrapassado o choque inicial da invasão, as forças militares ocupantes poderiam contar com o apoio popular, pois o sentimento anglófilo na Madeira era forte. É interessante sublinhar que, a partir de 1942, com os desembarques Aliados em África (Operação TOCHA), o plano de ocupação da Madeira entra em arquivamento, só voltando a ser equacionado em maio de 1943, inseridos numa estratégia global Aliada relativamente aos arquipélagos Atlânticos.

No entanto, a partir de 1943, com a derrota dos submarinos alemães na Batalha do Atlântico, com as operações aliadas em Itália (HUSKY e AVALANCHE), a campanha no norte de África e, sobretudo, a cedência dos Açores aos Aliados, o interesse em executar a operação RIPPER começa a diminuir, sendo esta, definitivamente, arquivada.

Perante a possibilidade de uma hipotética ocupação do Arquipélago da Madeira, o coronel Luís Augusto de Sousa Rodrigues (1883-1972) fica encarregue de elaborar um plano defensivo, embora em especificar um IN em concreto¹¹. Os espaços insulares, pelas suas particularidades geográficas, só podem ser atacados por via aérea ou marítima e o planeamento refletia esta realidade operacional. A génese da estratégia defensiva consistia em impedir desembarques anfíbios nas praias, sobretudo, na da costa Sul, através da construção de pequenas fortificações, tais como ninhos de metralhadoras e casamatas, ao longo do litoral, aproveitando muitas vezes as cavernas naturais existentes nos locais a defender¹².

É na II Guerra Mundial que a sinergia entre os meios aéreos e terrestres se torna crucial para o sucesso das operações militares, por esse motivo, era importante que a Madeira possuísse meios de defesa para se proteger de possíveis ataques de aeronaves inimigas. Para esse efeito, foram instaladas peças de artilharia antiaérea de modelo britânico Vickers calibre 9.4 cm no Pico do Buxo, em São Martinho e na zona do Palheiro Ferreiro. Outras peças de menor calibre, como as Bofors de 40 mm, de origem sueca, foram distribuídas em locais estratégicos da cidade do Funchal, para proteção de infraestruturas críticas¹³.

O plano de defesa também tinha em consideração as lições da I Guerra Mundial, quando os submarinos alemães bombardearam o Funchal, em 1916 e 1917. Reforçar a

capacidade defensiva de contra-ataques marítimos torna-se crucial e, nos primeiros meses de 1940, iniciaram-se os estudos para a construção de uma bateria de defesa de costa. O local escolhido foi o Pico da Cruz, em São Martinho, uma posição com grande importância tática, devido à sua altitude e ao seu alcance de fogo sobre uma vasta área marítima. A construção iniciou-se a 5 de julho de 1940 e terminou a 21 de novembro do mesmo ano. A unidade foi designada como Bateria Independente de Defesa de Costa n.º 2 e era constituída por três peças Krupp 15/40 CTR m/902, com um alcance máximo de 14 km¹⁴.

No entanto, apesar da ameaça de invasão, a Madeira consegue passar os seis anos de conflito mundial sem sofrer nenhum ataque, principalmente pelo facto das potências beligerantes concentrarem a suas atenções noutros cenários de operações.

Em novembro de 2023, completam-se 83 anos desde a inauguração da Bateria de Costa n.º 2, sendo importante salientar que a Zona Militar da Madeira (ZMM) é um exemplo na preservação e conservação deste património histórico-militar da época da II Guerra Mundial. As três peças Krupps permanecem como uma marca indelével na encosta do Pico da Cruz, aguardando pacientemente um inimigo que nunca chegou.

Bibliografia e Fontes:

Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM)

Caixa n.º 1 / Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945.

Caixa n.º 2 / Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.

Caixa n.º 3 / Processo Informações e Operações / Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945.
Pasta: Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5.

Pasta: Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945.

Pasta: Bateria Palheiro Ferreiro, 317.08.

UK National Archives

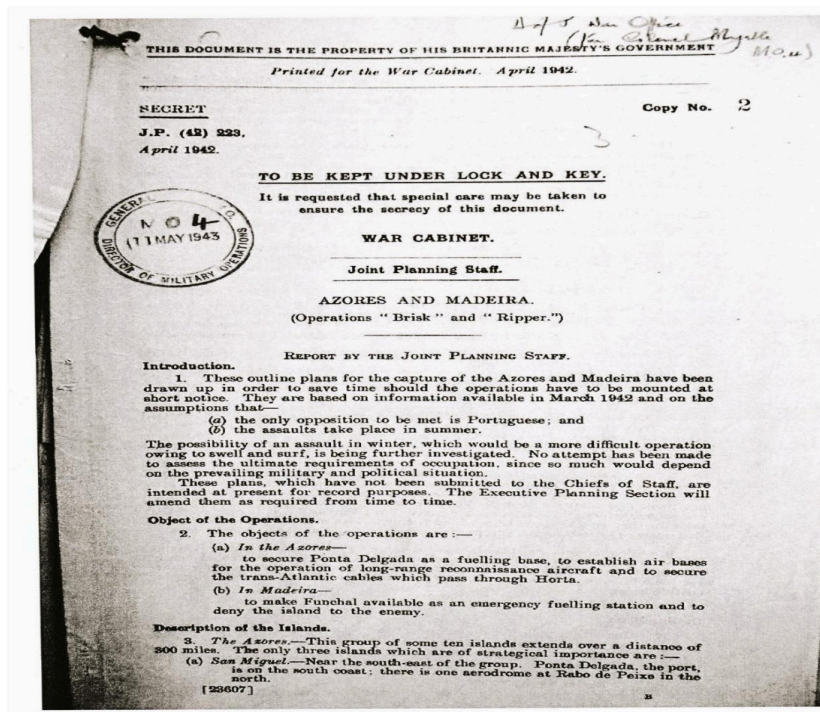
Madeira intelligence report, Ref. WO. 252/877.

Operations “Brisk” and “Ripper”: plans for occupation of the Azores and Madeira, Ref. WO. 106/3060.

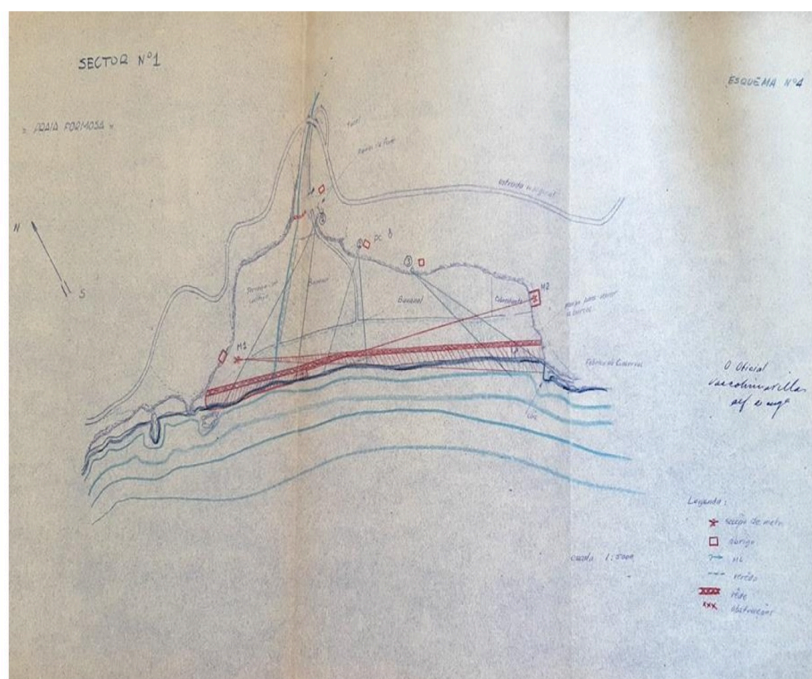
Outras Publicações

RODRIGUES, F. - O Aparelho de defesa da Madeira na Segunda Guerra Mundial. Dissertação de Mestrado. Funchal. Universidade da Madeira, 2023.

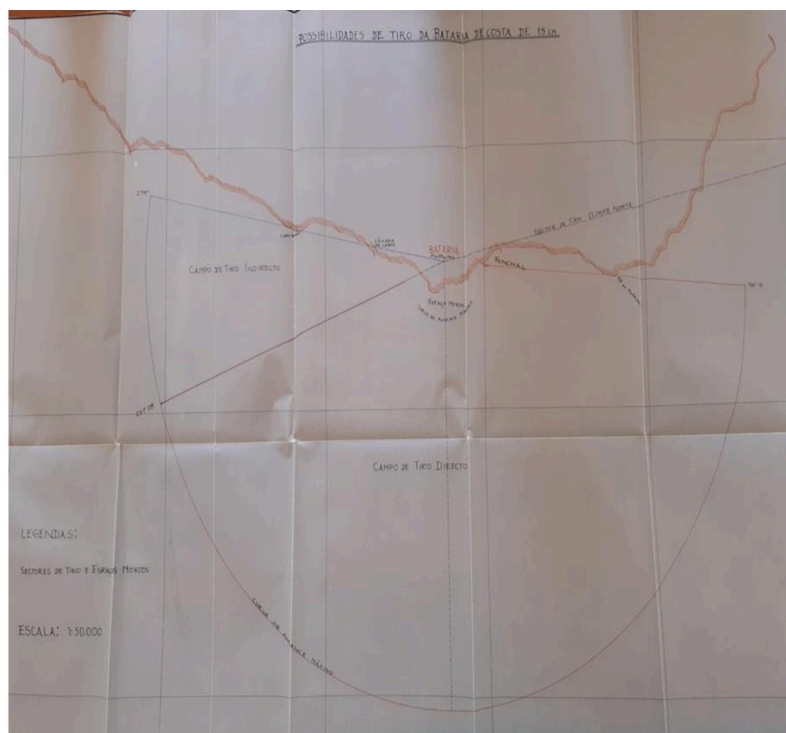
WERNER, Herbert. Iron Coffins: A Personal Account of the German U-Boat Battles of World War II. New York. Da Capo Press. 2002.



Plano da Operação RIPPER. Fonte: Arquivo Nacional do Reino Unido, editado pelo Autor.



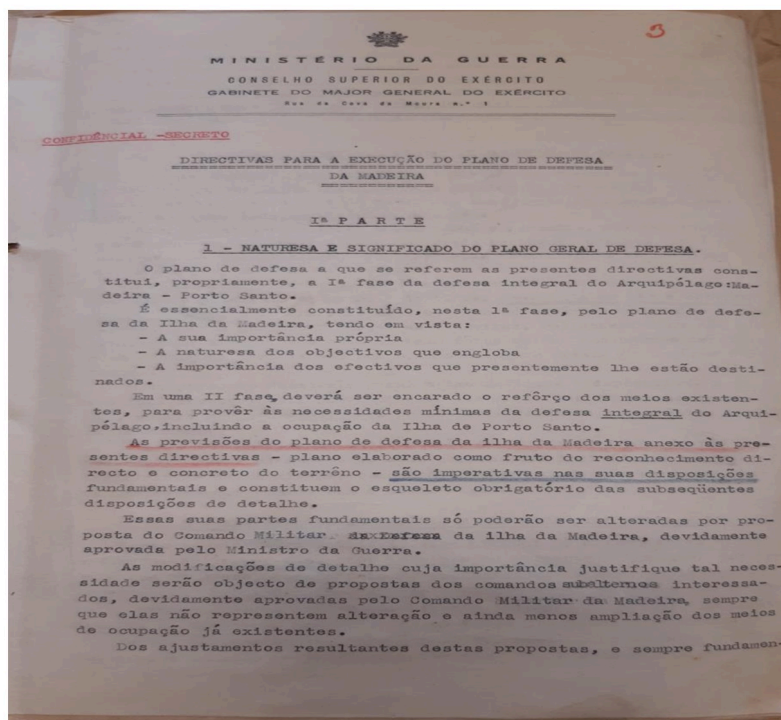
Croqui com a localização das defesas construídas no reduto defensivo da Praia Formosa. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n.º 2 / Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945. Editado pelo autor.



Mapa das possibilidades de tiro da Bateria de Costa n.º 2. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), pasta Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945. Editado pelo autor.



Espaldão da peça *Krupps* CTR 15 cm. no Pico da Cruz. Foto do autor.



1.ª parte do plano de defesa da Madeira na Segunda Guerra Mundial. Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Caixa n.º 2 / Processo Informações e Operações/ Defesa da Madeira II G.M. 1941 a 1945



Peça *Krupps* CTR 15 cm. Foto do autor.



Peça antiaérea Vickers calibre 9,4 cm M/40 MK II do Pico de São Martinho. Foto do autor.



Posto de comando e alojamento do pessoal de serviço, das baterias AA no Pico de São



Peca antiáerea Vickers calibre 9,4 cm M/40 MK II. Foto do autor.

[1](#) Inimigo.

[2](#) Unterseeboot, designação dos submarinos alemães.

[3](#) WERNER, Herbert. 2002. No original: “The only thing that really frightened me during the war was the U-boat peril”.

[4](#) UK National Archives, Madeira intelligence report, Ref. WO 252/877, cedidos ao autor por Paulo Rodrigues.

[5](#) Ibidem.

[6](#) UK National Archives, Operations “Brisk” and “Ripper”: plans for occupation of the

Azores and Madeira. Ref. WO 106/3060, cedidos ao autor por Paulo Rodrigues.

[7](#) Ibidem.

[8](#) Ibidem.

[9](#) Ibidem.

[10](#) Ibidem.

[11](#) Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM) Caixa n.º 1/Correspondência do Comando Militar da Madeira 1940-1945.

[12](#) RODRIGUES, F. - O Aparelho de defesa da Madeira na Segunda Guerra Mundial. Dissertação de Mestrado. Funchal. Universidade da Madeira, 2023.

[13](#) Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Pasta: Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N.º 5.

[14](#) Arquivo Museu Militar da Madeira (AMMM), Pasta: Construção da Bateria de Costa n.º 2 1940-1945.